

Caros colegas dirigentes associativos,
Caros jornalistas dos vários órgãos de comunicação social aqui presentes,

Obrigado pela vossa presença aqui hoje. Farei uma pequena declaração e depois estarei disponível para responder às vossas perguntas.

São sobejamente conhecidos pela sociedade portuguesa, porque os órgãos de comunicação social tem dado disso devida conta, que ano após ano os sucessivos governos não têm sabido ultrapassar os diversos problemas que têm dificultado, no que toca à acção social, a vida dos estudantes carenciados do ensino superior nacional.

Infelizmente este ano não é excepção. Com um novo governo em funções, que emitiu um novo regulamento de atribuição de bolsas, poderíamos pensar que a experiência do passado seria suficiente para evitar os constantes atrasos, desesperante para quem apenas espera que o seu requerimento de bolsa tenha um carimbo para poder fazer o que lhe compete: estudar sabendo que não terá, ao menos este ano, que abandonar o ensino superior por falta de recursos económicos. Mas tal não foi suficiente...

Apesar do desejo expresso pelo Ministério da Educação e Ciência de ter as bolsas a ser pagas até ao final de Outubro, isso não aconteceu. Mais uma vez os estudantes não recebem a bolsa de estudo quando precisam. Mais uma vez em Novembro não sabemos ainda quando vão começar a receber a sua bolsa a maioria dos estudantes que requereram bolsa e a ela têm direito.

Esta situação é má, mas devemos tentar perceber o porquê de, apesar de a regulamentação ter sido este ano publicada mais cedo que o ano passado, na realidade os requerimentos de bolsa terem começado a ser analisados mais tarde: porque apenas no final de Outubro é que os serviços de acção social garantem ter tido acesso aos dados dos requerimentos (introduzidos de forma electrónica na plataforma para o efeito da Direcção Geral do Ensino Superior); isto é, apesar de os dados estarem introduzidos junto da Direcção Geral do Ensino Superior, com os requerimentos e renovações de bolsa correctamente instruídos pelos estudantes, os Serviços de Acção Social de cada instituição de ensino superior tiveram que estar sem fazer nada, sem avaliar qualquer requerimento de bolsa até ao final de Outubro. E neste caso a Direcção Geral do Ensino Superior nem sequer poderá dizer que o que atrasou tudo foram os prazos do novo regulamento, uma vez que uma grande parte dos processos já estava inserido pelos estudantes antes mesmo de o regulamento sair; e esses processos poderiam ter começado a ser analisados logo no fim do mês de Setembro se os serviços de acção social de cada instituição a eles tivessem tido acesso.

Poderíamos perguntar para quando se prevê a resolução do problema... mas a resposta ainda é mais desanimadora: não se prevê! Isto porque no final do mês de Outubro ainda estavam a ser requeridos aos estudantes, depois de a maior parte ter os seus requerimentos concluídos, que introduzissem dados adicionais. A desorganização em todo o processo é notória e é incompreensível que não sendo o primeiro ano de funcionamento da plataforma ainda haja tantos erros a acontecer. Os processos devem ser de melhoria contínua e não o inverso.

Qual a posição das estruturas estudantis neste processo, poder-se-ia também perguntar: temos que reconhecer que em todo o processo o papel central das associações académicas e de estudantes foi de cooperação, fazendo sugestões fundamentadas e dando o benefício da dúvida, estando sempre disponíveis para dialogar e em conjunto chegar às melhores soluções. Mas a Direcção Geral do Ensino Superior apenas mostra perante a participação democrática dos estudantes uma gritante incapacidade de resposta e de diálogo, não respondendo sequer negativamente aos pedidos de reunião (como no caso da FAP, com quem tem sido surda e muda); mais gravemente ainda do que ignorar as estruturas representativas de estudantes, que muitas vezes percebem melhor a partir do terreno a realidade crua da situação, a Direcção Geral do Ensino Superior mostra-se ainda incapaz de responder às solicitações individuais dos estudantes que se lhe dirigem. Incapaz ainda, julgo saber, de responder com soluções aos próprios serviços de acção social, que ao invés nos relatam apenas encontrar junto da Direcção Geral do Ensino Superior constantemente cada vez mais problemas e entraves à resolução da situação.

Onde está então o problema? Parece-nos que só pode estar ou na regulamentação, ou no processo de atribuição de bolsas (no caso, na plataforma online), ou nas pessoas que na Direcção Geral deveriam estar a conduzir o processo a bom porto e não o fazem por incapacidade de exercer esta competência. Ora, se a regulamentação é nova (e idênticos problemas surgiram com a regulamentação anterior), o problema ou está na plataforma criada junto da Direcção Geral e por ela gerida ou está nos próprios decisores da Direcção Geral que não compreendem a urgência dos problemas que têm em mãos, permitindo-se não lhes dar resposta. O foco do problema são os decisores da DGES, não temos dúvidas: e a partir do momento em que o problema está diagnosticado rapidamente o foco do problema será quem sustenta tais decisores apesar de eles não resolverem os assuntos que lhes compete e de não resolverem os problemas das pessoas para os quais o seu serviço público se deveria dirigir.

É demasiado alargado o número de estudantes que se dirige a nós por não obterem respostas das Direcção Geral, apesar da sua grande insistência. São demasiados os casos em que se nota uma grande incapacidade desta Direcção-Geral em ter uma acção coerente, inteligente e organizadora: prova disto é a abertura da primeira fase de renovação da bolsa de estudo já em cima da fase de exames do semestre passado, e o atraso na divulgação de uma calendarização (feita a dois tempos) para requerimento de bolsa nos casos não abrangidos anteriormente (porque simplesmente não previram



uma realidade que não é excepcional mas completamente normal). Outro exemplo seria a incompreensível decisão de não abrir uma nova fase de requerimento de bolsa para os estudantes que frequentam o ensino superior pela primeira vez (e que nele ingressaram antes mesmo de se conhecer o regulamento!). Deve ser tido em consideração o facto de neste ano lectivo ter sido pela primeira vez feita em paralelo a candidatura ao ensino superior e o requerimento de bolsa de estudo, bem como o regulamento não ser público à data dessa mesma candidatura. Estes foram os únicos estudantes que apenas tiveram uma oportunidade de requerer a bolsa, sendo assim injustamente prejudicados face aos restantes colegas.

Chamamos naturalmente também a atenção para problemas diversos com a plataforma de requerimento de bolsa de estudo e a completa desactualização de alguns componentes do sítio da internet desta entidade, disponibilizando informação desactualizada, revogada e enganadora face às regras hoje vigentes e que os estudantes requerentes de bolsa devem respeitar.

Este ano não é certamente um exemplo a seguir em termos de organização e planificação do processo de bolsas de estudo.

As críticas que fazemos não são nem corporativistas, nem insensíveis à situação nacional, nem ao desequilíbrio das nossas contas públicas, nem aos sacrifícios que são ou possam ainda vir a ser necessários fazer para Portugal sair da situação em que se encontra. Porque estes problemas das bolsas de estudo não são dinheiro: são burocracia, desorganização e incapacidade administrativa! Vivemos tempos que o próprio Governo diz serem “de emergência social”, garantindo que “o Governo tudo fará para apoiar os mais carenciados”: pois o que nós queremos é que perante os estudantes mais carenciados este apoio chegue, sobretudo neste clima de emergência social. Um estudante que tem direito à bolsa e a quem não lha dão por razões burocráticas é uma pessoa de uma família carenciada, que carrega com mais este sacrifício injustificável a juntar aos demais sacrifícios que lhes são pedidos...

Assim a FAP, em linha com o que propôs e foi decidido no Encontro Nacional de Direcções Associativas que ocorreu no Porto a 3 de Outubro, manifesta o seu descontentamento e a sua vontade de ver alterações na composição dos decisores da Direcção Geral do Ensino Superior, que possam imprimir uma dinâmica diferente e corrigir erros processuais que se arrastam independentemente do governo em funções e do estado das contas públicas. Estas falhas de carácter técnico terão responsabilidades políticas se o Ministério da Educação não agir.

Porto e FAP, 9 de Novembro de 2011